

GOVERNO BOLSONARO ACELEROU PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESEMPREGO E PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

Rudson Pinheiro Soares¹

Acervo da Eletrobras



Manutenção de linha de transmissão da Eletrosul, subsidiária da Eletrobras

Como o STF proibiu, em 2019, a venda de estatais sem autorização do parlamento, a criação de subsidiárias foi a saída encontrada por Paulo Guedes para avançar na entrega do patrimônio público, já que a decisão do Supremo só protege as empresas-mães. “Fica permitida a venda da subsidiária, sendo essa compreendida como empresa acessória, mas que recebeu as principais funções da empresa principal”, elucidam analistas do Diap. Mas em junho de 2022 Bolsonaro conseguiu vender a Eletrobras com aval do Congresso

Em setembro de 2021 a Ford concluiu o seu processo de saída do Brasil rumo à Argentina, com o fechamento da fábrica da Troller localizada em Horizonte, região metropolitana de Fortaleza. Antes, a multinacional norte-americana fechara suas unidades em Camaçari (BA) e Taubaté (SP), deixando ao todo um rastro de mais de cinco mil famílias desamparadas. Nos dois anos anteriores, outras duas montadoras, as alemãs Mercedes-Benz e Audi, além das farmacêuticas Roche, suíça, e Eli Lilly, norte-americana, e da fabricante de eletroeletrônicos japonesa Sony, já haviam anunciado suas saídas do parque industrial brasileiro.

Tantos fechamentos de postos de trabalho de força de trabalho qualificada decorrem do processo de desindustrialização da economia brasileira, acelerado na gestão Bolsonaro-Paulo Guedes. A parti-

cipação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, por exemplo, caiu para 11,3% em 2020, pior índice desde 1947, ano em que começou a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“O Governo Bolsonaro não tem nenhum tipo de estratégia de desenvolvimento da indústria do país. A pauta de exportação está se concentrando principalmente nos produtos primários e isso vai encolhendo a economia brasileira e retirando o país das disputas das grandes economias globais. É bastante preocupante, em especial porque estamos em um momento de revolução tecnológica em que a chamada indústria 4.0 vai se colocando como novo imperativo, um novo paradigma do século 21”, explica à *Revista Adusp* o cientista social Fausto Augusto Jr., do Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

A desindustrialização implica, entre outras coisas, a uberização da economia. Faz desaparecer postos de trabalho que exigiam melhor qualificação e, por consequência, pagavam melhores salários. “Estamos entrando na chamada precarização 4.0, ou seja, um país que tem historicamente metade de seu mercado de trabalho vinculado à economia informal, agora tem nesta informalidade características que amplificam o processo de exploração e avançam, inclusive, nas cadeias formais”, afirma o técnico do Dieese.

A maioria das pessoas demitidas ingressa em atividades desregulamentadas como a de motorista de aplicativo, nas quais recebem bem menos e trabalham bem mais, sem direito a férias, 13º salário e outras conquistas da classe trabalhadora. “As empresas vinculadas a aplicativos já envolvem setores como educação, saúde e estão chegando em setores estratégicos como engenharia. É uma nova roupagem de um velho problema: a precarização”, define Fausto Augusto Jr.

Segundo cálculos do Dieese, em 2021 a cesta básica chegou a custar 69,8% do salário mínimo em Florianópolis. Com a alta do dólar, o agronegócio preferiu a exportação de alimentos, contribuindo para o encarecimento da comida no mercado interno. Não por acaso, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) prevê crescimento da participação do setor no PIB brasileiro, superando a marca de 8% ao final do governo Bolsonaro. Saltam aos olhos (e machucam os bolsos) as altas nos

preços da energia elétrica, do botijão de gás e dos combustíveis. Metade dos reajustes salariais ocorridos em 2021 ficou abaixo da inflação, que chegou a 10,06% no acumulado do ano, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Não se pode esquecer da nefasta contribuição do governo Temer, que por meio da reforma trabalhista aprovada no Congresso Nacional decompôs a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ferindo de morte grande parte da proteção aos trabalhadores e trabalhadoras. “A reforma trabalhista está diretamente ligada a essa redução da renda do trabalhador. A gente tem assistido a demissões de trabalhadores com maior renda e contratações de trabalhadores com rendimentos cada vez menores”, diz o cientista social do Dieese.

No terceiro ano de atuação da dupla Bolsonaro-Guedes, o Congresso aprovou a lei 179/2021, que determina a independência do Banco Central (BC). A CNBB avalia que os mecanismos operados pelo BC “garantem privilégios aos bancos, que seguem batendo recorde de lucros em plena pandemia”

O Congresso Nacional compactuou com as ofensivas econômicas

arquitetadas pelo ministro Paulo Guedes, da Economia. Aprovou a lei 13.874/2019, a chamada Declaração da Liberdade Econômica, “um tipo de ‘manifesto ideológico’ que se pretende superior à própria Constituição”, segundo Maria Luiza de Alencar, professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba, em artigo publicado em janeiro deste ano, na página da Fundação Brasileira de Direito Econômico (FBDE). No mesmo ano, ainda que com alterações importantes, foi aprovada a reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019).

No terceiro ano de atuação da dupla Bolsonaro-Guedes, o legislativo brasileiro aprovou a lei 179/2021, que determina a independência do Banco Central (BC). No documento “O desmonte do Estado Brasileiro: desafios da conjuntura”, de junho de 2021, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) avalia que os mecanismos operados pelo BC “garantem privilégios aos bancos, que seguem batendo recorde de lucros em plena pandemia”.

Também em plena pandemia de Covid-19, o Congresso Nacional respaldou a EC 109/2021, que impôs mais controle a gastos públicos. “Esta emenda obriga o Brasil a desistir do próprio futuro, ao aderir à mais radical austeridade e esterilizar a capacidade produtiva do país, desobrigando o desenvolvimento e impondo limites ao governo para injetar recursos na economia”, explica Maria Luiza. Austeridade aliás bastante enviesada, pois não se aplicou à vertiginosa farra do “Orçamento Secreto”, a queima de bilhões de reais em “emendas do relator” cujo

objetivo mais ou menos escancarado era ampliar as chances de reeleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Um vetor importante no processo de desindustrialização passa pela saída do Estado da condição de indutor da economia em setores estratégicos, por meio de privatizações que geram aumento dos preços dos serviços, precarização da força de trabalho, achatamento de salários, demissões e consequentes quedas na qualidade dos serviços, bem como a retirada de qualquer “visão social” por parte dos novos donos no uso de bens públicos, como água e energia.

“Quando você tira do controle do Estado cadeias [produtivas] tão significativas como combustíveis, petróleo e gás e, principalmente, o setor elétrico, vai para um processo, cada vez mais, de perda de densidade tecnológica de nossa indústria, voltando ela para cadeias cada vez mais simples, até o limite em que a gente vai se transformando novamente numa colônia agroexportadora”, adverte Fausto Augusto Jr.

O governo Michel Temer vendeu sete subsidiárias da Eletrobras, que operavam no Piauí (Cepisa), em Alagoas (Ceal), em Goiás (Celg D), no Acre (Eletroacre), no Amazonas (AME), em Rondônia (Ceron) e em Roraima (BVenergia), tirando de vez a empresa do setor de distribuição de energia. O processo de privatização atingiu também a Petrobras, com os desinvestimentos feitos pela estatal nas subsidiárias Citepe, Petroquímica Suape, TAG, NTS e BR Distribuidora, esta última já no governo Bolsonaro, como também os campos de petróleo e ações do IRB

e da Neoenergia. Temer ainda conseguiu aprovar a lei 13.303/2016, o “Estatuto das Estatais”, que afastou o Estado da gestão de suas próprias empresas.

No apagar das luzes de seu governo, Bolsonaro vendeu uma das joias da coroa, a Eletrobras, na semana em que a companhia completou 60 anos. A desestatização da empresa foi autorizada pelo Congresso em 2021, mesmo ano em que a Eletrobras obteve lucro de R\$ 5,7 bi

Em 2018 o país possuía 134 estatais federais, incluindo as subsidiárias. Em 2020 já eram 197. Este aumento traduz a estratégia de privatizações do governo Bolsonaro, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu, em 2019, a venda de estatais sem o aval do parlamento. A criação de subsidiárias foi a saída encontrada por Paulo Guedes para avançar na entrega do patrimônio público, já que a decisão do STF só protege as empresas-mães. “Fica permitida a venda da subsidiária,

sendo essa compreendida como empresa acessória, mas que recebeu as principais funções da empresa principal”, elucidam André Santos e Neuriberg Dias, assessores do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), em artigo no site da entidade, publicado em abril de 2021.

No governo Bolsonaro foi vendida a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e extintas a Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg). Equivale a menos de um terço do que Paulo Guedes pretendia entregar, mas, sob pressão popular, não conseguiu. No entanto, já no apagar das luzes de seu governo, Bolsonaro vendeu uma das joias da coroa: a Eletrobras. Foi em junho de 2022, na semana em que a companhia completou 60 anos. Um ano antes, o Congresso Nacional autorizara a desestatização da empresa, por meio da aprovação da lei 14.182/2021.

A Eletrobras obteve lucro de R\$ 5,7 bilhões em 2021. A empresa é responsável por cerca de um terço de toda a capacidade de geração de energia elétrica no Brasil e por quase a metade das linhas de transmissão do país. “A privatização impacta diretamente a propriedade sobre as grandes reservas de água doce do Brasil, o que é bastante grave, bastante sério e envolve uma questão

de segurança nacional, uma vez que a questão da energia é, antes de mais nada, uma questão de interesse de todos e não de determinados grupos”, avalia Fausto Augusto Jr., do Dieese.

Capitalizada por meio de oferta pública de ações na Bolsa de Valores, a companhia teve a participação do governo federal reduzida de 62% para 45%. No pacote, foram entregues quatro subsidiárias: Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul. Já a Eletro nuclear e a Itaipu Binacional foram repassadas à Empresa Nacional de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), estatal criada com objetivo de abrigar ambas.

A venda da Eletrobras provocará inevitavelmente um aumento de contas de energia para os consumidores, em proporção ainda desconhecida. Entre outras razões porque, com a privatização, chegará ao fim a cotização prevista em medida provisória editada pela presidenta Dilma Rousseff no ano de 2012 que obriga geradoras a venderem parte da energia, às distribuidoras, a preço de custo.

Mais de 100 outros processos de privatização — entre desestatizações e desinvestimentos — se encontram tramitando atualmente e podem ser revistos pelo governo Lula a partir de janeiro de 2023. Destaque para Dataprev, CMB, CBTU, ABGF, Emgea, Trensurb, Codesp, Ceitec, Nuclep, Ceasa Minas, Serpro e Correios.

Nota

1 | Jornalista. Especial para a Revista Adusp.

BOLSONARO CONSOLIDOU DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, DIZ RELATÓRIO DO INESC

O ano de 2021 consolidou o processo de desfinanciamento de políticas públicas que, interrompidas ou prejudicadas pela escassez de recursos, fizeram o Brasil retroceder no combate às desigualdades e na preservação dos direitos humanos. É o que diz o relatório “A Conta do Desmonte – Balanço Geral do Orçamento da União”, produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), organização não governamental com mais de quarenta anos de atuação na área de democracia e direitos humanos. “O que se desprende da gestão Bolsonaro é uma política deliberada de desmonte. Quando analisamos os gastos, observamos, com raras exceções, quedas expressivas na execução financeira dos órgãos e das políticas públicas”, constata Livi Gerbase, assessora política do Instituto.

O documento busca responder à pergunta: em que medida o esforço fiscal da União resulta em justiça? “Boa parte dessa desestruturação pode ser explicada pelo teto de gastos, medida fiscal que em 2016 congelou o Orçamento da União até 2026. Mas não é só isso. Há intenção deliberada de tornar a máquina pública ineficiente para justificar privatizações ou apropriações privadas de bens e serviços públicos, e reformas que resultem em menor intervenção do Estado”, explica Livi.

O relatório do Inesc analisa os gastos do governo Bolsonaro, com o intuito de abastecer o debate sobre justiça econômica, social e ambiental. “Essa gigantesca e rápida operação de desmonte das políticas públicas foi possível, pois as forças defensoras de interesses privatistas, como agronegócio, mineradoras, empresas de logística e das áreas de saúde e educação, fabricantes de armas, entre tantas outras, encontram fortes aliados tanto no Legislativo quanto no Executivo”, pontua a assessora do Inesc.

Entre os instrumentos usados na execução dos desmontes sociais estão, entre outros, além do teto de gastos, o chamado “Orçamento Secreto”, manobra criada pelo legislativo para empoderar parlamentares diante de suas bases políticas. “O Orçamento Secreto direciona o gasto público, sem limites e nem critérios de distribuição. Os altos valores alocados nos dois anos desde sua criação devem causar grande preocupação à sociedade”, alerta Livi.

O balanço aborda os (não) gastos de forma segmentada: Covid-19, saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, povos indígenas, criança e adolescente, igualdade racial e mulheres. “Ao alimentar uma falsa dicotomia entre vida e economia, mas sem ‘salvar’ nenhuma delas, o mandato de Jair Bolsonaro deixou mais de 660 mil pessoas morrerem de Covid-19”, lamenta Nathalie Beghin, coordenadora da assessoria política do Inesc, no prefácio do relatório (a cifra atual de óbitos pela pandemia no Brasil já chega, porém, a 690 mil).

O Inesc compara a década atual com os anos 1980, ao denominar o período de agora como “década perdida”. Chega a esta conclusão a partir de indicadores econômicos e sociais das duas épocas. “A comparação é relacionada principalmente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Já são seis anos, pelo menos, de um crescimento estagnado no Brasil. E isso tem vindo junto com o aumento do desemprego e agora também com inflação. E isso casa exatamente com o teto de gastos. Então o governo não está fazendo uma política de investimentos, uma política de incentivo ao crescimento”, finaliza Livi. A seguir, informações setoriais que constam do Relatório do Inesc.

Covid-19. Os recursos federais destinados ao combate à Covid-19 no ano de 2021 tiveram uma queda de 78,8% em relação ao ano anterior. E 28% do que foi autorizado não foram executados. Vale lembrar que 2021 foi o período mais letal da pandemia, com 396 mil mortes. Naquele ano, o auxílio emergencial só saiu em abril e com cortes na casa de 50%. E os recursos autorizados para 2022 para combate ao coronavírus não chegam a 10% do que foi gasto em 2021, apenas R\$ 11,8 bilhões, sendo mais de dois terços deste valor para a aquisição de vacinas.

Excetuando-se os gastos com a pandemia, a execução financeira na área da saúde no ano de 2021 registrou cortes de quase R\$ 11 bilhões desde 2019, uma perda de 7% em dois anos. E a dotação aprovada para 2022 é 18% menor que a executada no ano passado – uma redução de R\$ 32,8 bilhões. Importante lembrar que tal desfinanciamento do SUS ocorre em momento de liberação de demandas reprimidas em razão da pandemia, como cirurgias e exames adiados e tratamentos interrompidos.

Educação. Em meio ao caos causado pela Covid-19, não houve nenhum esforço do governo federal no sentido de atenuar o prejuízo escolar dos estudantes da rede pública. Entre 2019 e 2021, a execução da área de educação diminuiu R\$ 8 bilhões e, em que pese o valor autorizado para o ano passado ter sido um pouco maior que o de 2020, a execução foi menor. Já no ensino superior, a queda na execução orçamentária é da ordem de R\$ 7 bilhões desde o início do governo Bolsonaro.

Direito à cidade. Apesar de o déficit habitacional brasileiro ser de mais de 6 milhões de moradias, o governo federal não destinou recursos para habitações de interesse social nos anos de 2020 e 2021. Os R\$ 18 bilhões desembolsados em 2019 foram relativos a pagamentos de despesas contratadas em anos anteriores.

Meio ambiente. O orçamento executado para o meio ambiente em 2021 foi de R\$ 2,49 bilhões, o menor dos últimos três anos, apesar de a pressão internacional ter feito com que houvesse um aumento nos valores destinados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), após a divulgação, por parte do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do acelerado crescimento das taxas de desmatamento. A taxa de desmatamento em janeiro de 2022 foi 419% maior que a registrada no mesmo período do ano anterior.

Povos indígenas. Desde a posse de Jair Bolsonaro, 45% dos recursos da ação orçamentária destinada a proteger e demarcar os territórios indígenas foram direcionados a indenizações e aquisições de imóveis – medidas que beneficiam não indígenas. Em 2022, o orçamento autorizado para a Funai trouxe um corte de R\$ 100 milhões.

Criança e adolescente. A execução financeira das ações relacionadas à Assistência à Criança e ao Adolescente caiu 28% entre 2019 e 2021, sendo no ano passado de R\$ 382 milhões. O investimento no combate ao trabalho infantil caiu vinte vezes em três anos, chegando a míseros R\$ 332 mil em 2021, o que equivale a R\$ 0,19 por criança/ano, estimando-se que sejam 1,8 milhão de crianças em tal situação. Os recursos destinados à socioeducação foram reduzidos em 70%, caindo para R\$ 1,9 milhão em 2021.

Igualdade racial. Em 2021, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a quem cabe, em tese, conduzir ações de promoção da igualdade racial, investiu nelas oito vezes menos que no primeiro ano do governo Bolsonaro: apenas R\$ 2 milhões. Foram executados míseros R\$ 164 mil em ações de reconhecimento e indenização de propriedades quilombolas, além de R\$ 792 mil de compromissos assumidos em anos anteriores. Para 2022 a alocação de recursos para demarcação de terras quilombolas segue irrisória: R\$ 505 mil.

Mulheres. O governo Bolsonaro mudou a política pública voltada para as mulheres, resultando no Programa 5034: “Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos”. Além de trazer nas entrelinhas pautas fundamentalistas, tal programa se tornou um “guarda-chuva” para a execução de ações para crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, quilombolas e indígenas, além da política de promoção da igualdade racial, que foi desmontada.

A ministra Damares Alves continuou negligenciando a Casa da Mulher Brasileira (CMB). Dos R\$ 21,8 milhões autorizados, apenas R\$ 1 milhão foi executado. Em 2019, nada foi investido na CMB e em 2020, apenas míseros R\$ 308 mil. Em 2022, os recursos foram igualmente parcos: apenas R\$ 5,1 milhões para enfrentamento à violência contra a mulher e promoção de sua autonomia, e outros R\$ 8,6 milhões para a CMB. A alocação mais baixa em quatro anos da gestão.

(Rudson Soares)